



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de
[Signature]
[Signature]

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Catarina Marcelino Rosa da Silva, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Isidoro da Silva Santana, Primeiro Secretário e Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Lopes, Segunda Secretária. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. -----

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Fernanda Fernandes, João Barbosa, Ricardo Bernardes e Débora Oliveira. **PSD** – Maria Ana Dias Neves, Pedro Nuno Vieira, Teresa Tapadinhas, Isabel Grosso e Pedro Ilhéu. **CDS** – António Loureiro e Carlos Umbelino Ferreira. **CDU** – Francisco Salpico, Jorge Cordeiro, Elisabete Santos e Isabel Maria Balreira. **CH** – Alice Seixas, **BE** – Cipriano Pisco. **IL**– Lília Mendes. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alber
Alber
Alber

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou seus substitutos**: -
Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel
Morais (PS); -----
Junta de Freguesia de Canha – Armando Piteira (PS); -----
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria, (PS); -----
União das Freguesias de Pegões – Mário Rui Ferreira (PS); -----
Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Dinora Caetano (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia
Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações
introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro: -----

Deputado Municipal – António Carlos Ramos (PS), tendo sido substituído pela
Deputada Municipal, Débora Oliveira. -----

Deputado Municipal – Paulo Jorge (CDU), tendo sido substituída pelo Deputado
Municipal, Jorge Cordeiro. -----

Deputado Municipal – José Caria (PS), tendo sido substituído pelo Deputado
Municipal, João Barbosa. -----

Deputado Municipal – André Ribeiro (IL), tendo sido substituído pela Deputada
Municipal, Lília Mendes. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo Senhor Presidente, Nuno Canta.
Presentes também os senhores **Vereadores**: Maria Clara Silva (PS), Joaquim
Correia (CDU), José Manuel Santos (PS), João Afonso (PSD), Ana Baliza (CDU) e
Ilídio Massacote (PSD). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Leal

[Handwritten signature]

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, informou o seguinte: “Estamos na primeira sessão extraordinária, uma assembleia que decorre da aprovação de uma Moção, apresentada na última assembleia municipal, sobre as respostas da prestação de serviço público de transportes de passageiros, convocatória da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que foi apresentada pelo PSD e que propões esta sessão extraordinária para ouvirmos a AML e os transportes metropolitanos, ao abrigo da alínea a), n.º 5, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta reunião é uma sessão extraordinária, tem período do público e período da ordem do dia e este período da ordem do dia, é apenas e exclusivamente, relativamente ao ponto descrito em edital e não pode ser alterado. -----

Vamos iniciar com o período do público com 30 minutos, 15 minutos para as bancadas se pronunciarem. Deixar claro, que os convidados aqui presentes não respondem ao público, porque eles veem responder aos deputados da assembleia municipal, é assim que vamos gerir os trabalhos. -----

De referir que, temos uma grelha de tempos, que vou partilhar com a Assembleia Municipal, que foi consensualizada em conferência de representantes, mas já tenho conhecimento antecipado que a AML dispensa o tempo de intervenção inicial. Dá início o PSD, porque foi quem apresentou a Moção. Assim a grelha é composta da seguinte forma: -----

AML	10 minutos	Intervenção Inicial
-----	------------	---------------------



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder
EB
Jesus

1ª Ronda

PS	6 minutos	
PSD	6 minutos	
CDS-PP	6 minutos	
CDU	6 minutos	
CH	6 minutos	
BE	6 minutos	
IL	6 minutos	
Câmara	6 minutos	
AML	30 minutos	

2ª Ronda

PS	3 minutos	
PSD	3 minutos	
CDS-PP	3 minutos	
CDU	3 minutos	
CH	3 minutos	
BE	3 minutos	
IL	3 minutos	
Câmara	3 minutos	
AML	21 minutos	

O senhor **Deputado Municipal Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “De acordo com o que falámos na conferência de representantes e uma vez que AML dispensa a intervenção inicial de 10 minutos, nós solicitamos que o tempo seja



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aldeia
[Signature]
[Signature]

distribuído pelas bancadas, para que tivéssemos mais tempo, para colocar as nossas questões, à semelhança daquilo que eu solicitei na conferência de representantes.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Se concordarem fazemos assim, na 1ª ronda, em vez dos 6 minutos e como são sete partidos, eu não distribuía dos 10 minutos, mas distribuía 7 minutos para que seja mais equitativo e em vez de seis minutos a cada bancada, daríamos sete minutos a cada bancada, e a 2ª ronda três minutos no fim. -----

Assim sendo, passaríamos ao período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. ----

Período de intervenção do público

A senhora **munícipe Isabel Pereira**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “O que me traz aqui hoje é o desagrado em relação aos transportes. Hoje por exemplo, estive desde 06.45h até 07.15h, passaram três autocarros completamente cheios, que não pararam e eu só consegui entrar no quarto autocarro, ou seja, continuamos com o mesmo problema de manhã e à tarde, na Gare do Oriente, os autocarros continuam a ser poucos e os horários ainda não estão expostos nas paragens e nem todas as pessoas têm acesso à internet. A minha questão é a falta de transportes, se é falta de motoristas não sei, porque passam muitos autocarros vazios, a dizer fora de serviço. O que é certo, é que as pessoas continuam a ficar nas paragens por falta de autocarros.”



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce...
H...

A senhora **Munícipe Sabina Pereira**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Sou natural e freguesa de Sarilhos Grandes, freguesia do concelho do Montijo, portanto, munícipe do Montijo, há 32 anos. Ser Sarilhense, é uma realidade maios particular, dentro do concelho do Montijo, ser da Margem Sul é sermos conhecidos pela resistênciã, mas andam a testar os limites, até não haver mais limite, ser Sarilhense tem sido toda a vida de resistênciã e continuam a testar-nos os limites. Aquilo que se vive na freguesia de Sarilhos Grandes, dentro desta realidade particular, é que somos uma freguesia fronteiriça, à garagem da empresa, que opera nos serviços de transportes e somos a freguesia em que todos os fregueses, continuam a ficar em terra, somos a freguesia que mais assiste a ver passar autocarros vazios, a qualquer hora do dia, fora de serviço ou reservado. O que se tem visto nos últimos anos em Sarilhos, é o crescimento da habitação, moradia, vivenda, de elevado custo, chamado de luxo. Aquilo que acontece, são os moradores de Lisboa, que atualmente não têm dinheiro para pagar as rendas em Lisboa, mudam-se para a margem sul, porque a habitação aqui é mais acessível, esses moradores têm dinheiro para vir morar para a margem sul, e depois deslocam-se para a margem norte, de carro particular, como se vê pela tristeza do trânsito, dos acessos a Lisboa, da margem sul. -----
As pessoas criadas na margem sul, não têm dinheiro para se deslocar para Lisboa de carro particular, tem que usar o transporte público, prometeram um sonho e aquilo que é o sonho, em trinta e dois anos de vida que pareceu mais bonito, foi uma rede de transportes, que liga toda a área metropolitana Lisboa e permite a livre circulação de cidadãos, em todos os municípios da área metropolitana de Lisboa, seja para trabalhar, seja para, estudar, viver, passear e a um preço, compartilhado por cada cidadão, finalmente acessível, ou seja, quarenta euros



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder

LB
d/br

mensais no máximo. Encheram a margem sul de expetativas e no dia 01 de junho atiraram mais uma estalada na cara e ele ficou em terra. -----

O serviço não é mau, o serviço é péssimo, a frustração e a desesperança, vê-se na cara dos utentes, que de manhã, continuam a ficar em terra, nas paragens dos autocarros, sem mais justificações e desculpas, para darem aos seus chefes, aos seus patrões, que consecutivamente, continuam a questionar como se vai justificar as faltas e o atraso ao trabalho. A vida das pessoas da margem sul é difícil, a resistêcia torna-se difícil e os limites continuam a ser testados. A reflexão a que vos convido hoje, é que este tipo de política pública, tem que ser articulado com outro tipo de política pública e tem que ser estudado, antes de ser posto no terreno e de ser efetivado. Se foi efetivado, foi mal estudado, porque quem entendeu que minibus, servia a população da margem sul, conhece pouco a margem sul, a sua densidade populacional e as suas necessidades. -----

A última reflexão final que quero deixar, estamos habituados a greves, setoriais, empresariais, a reflexão que deixo é, se passarmos a ter greves geográficas, o que será da nossa economia, se todas as pessoas da margem sul, se negarem dois ou três dias a irem trabalhar para Lisboa.” -----

O senhor **Munícipe Miguel Dias**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Os constrangimentos que têm existido na Carris Metropolitana são sabidos e já foram aqui debatidos vezes sem conta, estamos hoje aqui nesta assembleia extraordinária porque os utentes promoveram uma petição, que submeteram a esta assembleia e que está a fazer o seu percurso, com o trabalho da comissão permanente da assembleia municipal, e com as várias audiências e convocação desta assembleia extraordinária. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
[Signature]
[Signature]

É evidente que os constrangimentos continuam, temos assistido nas últimas semanas, a uma tentativa de reforço das carreiras e ela é visível, no entanto continua a ser insuficiente e é insuficiente acima de tudo, porque se continua com uma desproporção, relativamente aos meios utilizados e ao fluxo de pessoas que encontram os mesmos e mais ainda, continua-se com a ideia que autocarros vão ser suficientes para movimentar as pessoas na AML e isso não é verdade. Um autocarro leva 50 pessoas, nós necessitamos de ter ligações pendulares, quer à estação ferroviária do Pinhal Novo, quer ao Cais do Seixalinho e outras geografias fluviais da margem sul, porque como está aqui representada a AML e a TML, aproveito para falar sobre as outras geografias, porque só assim poderemos conduzir estas pessoas para os seus destinos nos seus movimentos pendulares diários, de outra maneira não vai ser possível, porque o reforço que ocorreu na carreira 4707, que liga diretamente o Montijo para Lisboa, os dois autocarros de manhã já deixam as pessoas apeadas, os autocarros chegam às Colinas do Oriente e já não entra ninguém e isto vai continuar a passar-se, porque vai haver sempre procura para esta oferta, principalmente devido à conjectura que nós vivemos atualmente, o aumento brutal do custo de vida, as pessoas estão todas a deixar o veículo particular em casa, para andarem em transportes públicos e ainda bem. Eu sou utilizador de transportes públicos por convicção, mais do que por necessidade, sou por convicção, porque também entendo que estamos numa altura de emergência, às alterações climáticas, ao aquecimento global e só com transportes públicos, eficientes e eficazes e podemos de alguma forma combater o aquecimento global e portanto é essencial que se equacione estas questões, temos que reequacionar os percursos que ligam a Lisboa, porque muita população da margem sul é mão de obra para capital.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cajun

H.
J.P.

Aproveito também esta situação, para saber junto dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que são as pessoas que estão mais perto das populações, se estas alterações e se as questões na parte rural, nomeadamente Pegões e Canha, se estas alterações, estão a ir ao encontro das necessidades da população e o que será necessário fazer, porque já há duas semanas que estas alterações estão no terreno, porque o meu interesse também é comunitário?" -----

O senhor **Munícipe Pedro Carvalho**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Eu quero colocar aqui três questões, qual é o problema que nós vivenciamos, que é de facto a falta de transportes, as pessoas ficam de manhã e de tarde à espera de um autocarro que não aparece. Valia a pena perceber o que se passa. É uma questão de planeamento? Quando esta iniciativa da mobilidade foi lançada, com certeza que o problema foi equacionado, em que medida é que o interesse das pessoas contou no planeamento? Há uma muito importante que é, o planeamento dos transportes tem que ser empático, quem faz um horário de transportes, quem disponibiliza transportes tem a obrigação de “calçar os sapatos de quem os usa”, esta é uma questão essencial para fazer um plano de transportes, que é colocar-se na posição de quem usa o transportes e isso não foi feito, se alguma coisa fosse necessária para perceber que, a nova centralidade do Montijo, dado pela freguesia de Montijo e Afonsoeiro, é vital no transporte, basta ver que quer, os TST anteriormente, quer agora a carris metropolitana, foram obrigadas a fazer, cerca de 61 autocarros, que fazem Montijo/Lisboa e Lisboa/Montijo, todos os dias e param às vinte horas, às 20 horas a nossa freguesia não tem transporte e a meio da tarde, também não, porquê? Qual foi a filosofia que presidiu a elaborar este plano, foi a relação com



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

o barco, ou seja, nós temos transportes, temos muitos autocarros, mas que saem todos ao mesmo tempo da paragem, se nós verificarmos, há uma linha reta nos horários, de hora a hora e saem 4 autocarros, com intervalos de 5 ou 10 minutos, não faz sentido, vão quase todos no mesmo caminho e isto é muito complicado, pois parece que temos muita coisa, mas temos muita coisa mal utilizada, saber utilizar recursos e saber aplicá-los é fundamental e desenvolver um plano de transportes e saber aplicar recursos é fundamental. -----

Eu por exemplo, do sítio onde vivo, vou mais rápido a Lisboa do que ao centro do Montijo, ou seja, a nossa rede de transportes está a dificultar a economia do Montijo e acho que seria necessário ter isto em consideração. Outra coisa importante é não existem transportes circulares, Alcochete tem duas carreiras circulares e por exemplo passam ambas pelo centro de saúde e aqui fazia sentido existir carreiras circulares, porque é que não há uma carreira circular a sair do Alegro e com o final novamente no Alegro. Por exemplo, nós temos uma carreira que faz obrigatoriamente o Freeport, porque é que nós não temos autocarro à noite, para o Alto das Vinhas Grandes, mas existe para Alcochete, qual é a razoabilidade? Portanto, valia a pena perceber, porque não temos autocarro circular?" -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Estas questões já têm sido debatidas entre nós, munícipes e autarcas, estas questões têm sido transportadas para a AML e TML e hoje temos aqui connosco os responsáveis por esta situação da AML e da TML e certamente é muito mais útil ouvir os nossos convidados de hoje.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. V.
P. V.
J. V.

O senhor **Deputado Municipal Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse:
“Agradeço a presença dos representantes da AML e da TML, que pela primeira vez estão na Assembleia Municipal do Montijo e considerando que é uma ocasião histórica no exercício da democracia. -----

A presente reunião resulta de uma iniciativa do PSD convocar os representantes da AML para responderem, perante o órgão que representa todos os munícipes, acerca dos problemas que sentimos, com a falta de respostas da carris metropolitana. -----

Salientamos que a falta de soluções em tempo útil resulta da forma como o exercício das competências, em matéria de transportes, é interpretada em primeiro lugar, pela Área Metropolitana, uma vez que, tendo competências próprias e acumulando as competências transferidas pelo município, detém todas as competências necessárias para resolver em matéria de transportes, o que se passa na Área Metropolitana de Lisboa, manifestando assim, a nossa preocupação pelas debilidades que têm chegado ao conhecimento da comissão, criada nesta assembleia municipal, a que presido e cuja missão é perceber o que se passa com a carris metropolitana, que não consegue, à partida, resolver e responder ao problemas dos munícipes, nomeadamente, os problemas de mobilidade. -----

Recordando as palavras do senhor primeiro secretário da AML, o lançamento da carris metropolitana que foi feita em fevereiro de 2020, no CCB, foi explicado que era aplicado mil e duzentos milhões de euros, a concurso rodoviário, o maior em curso no país, é trinta vezes mais o orçamento da Câmara do Montijo, portanto, nós depositamos mil e duzentos milhões de euros, à disposição da AML, para resolver a questão da mobilidade na AML, não é coisa pouca. Foi-nos dito, que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cezar
El.
J. J. J.

iríamos ter melhor qualidade de serviço, mais responsabilidade social, informação mais completa e maior foco nos utentes, mais ofertas nas ligações existentes, mais pontualidade, menos intervalos entre os autocarros, mais horários noturnos e fins de semana e horas de ponta, foi isto tudo que foi explicado. O que se passa, é que o método que foi criado para afazer isto tudo, foi uma sucessão de entidades e entidades que nós não percebemos as responsabilidades de cada um e que não estão caracterizadas quando as pessoas apresentam as suas queixas, eu sói hoje no portal da queixa vi 670 perguntas e 2 respostas. Portanto, as pessoas queixam-se e respostas nenhuma. O primeiro ato da responsabilização, é nós darmos resposta. -----

Temos grandes dificuldades em perceber o que se passa, com a Câmara Municipal de Montijo, com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), com a Alsa-Todi, com os Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) e pelo que vi, existe mais empresas, por exemplo, já percebi que 30% dos carros utilizados são de uma empresa, que é a Feirense e portanto como é que isto tudo é montado, o que estou a dizer está na internet, eu até já vi os autocarros a dizer Feirense e a para além disto a Feirense candidatou-se aos Fundos Comunitários, de facto de quem são os autocarros, são da Alsa, são da Feirense, são da Área Metropolitana, de quem são os autocarros? Depois, quem é a entidade responsável pela concessão do sistema e que não funciona, é a mesma entidade que fiscaliza o funcionamento? É que se for a mesma entidade, é complexo, nos temos alguém que faz um erro e se for a mesma pessoa que vai verificar os seus erros e é muito complicado essa entidade ou pessoa assumir esses erros. Nós temos que ter um sistema de auditoria e pelo que vejo aqui o observatório da mobilidade ainda não foi criado. Portanto, nós não temos aqui uma entidade que nos defenda e que verifique os erros ou



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
L.
H. J. P.

quando existe um problema. -----

Outro problema é, as carreiras que não são adequadas ao fluxo das pessoas, que critérios foram utilizados à adequação, seja do tipo de veículos utilizados, da quantidade de lugares disponíveis, quem definiu as tipologias destes autocarros? Como é que isso foi adquirido? Quem é o responsável por isso? Não vão dizer que é a Alsa/Todi. Porque alguém dimensionou isso e aceitou. -----

Depois, outra grande questão, é a desadequação dos horários, pois temos aqui horários muito estranhos e desadequados, escassa informação na internet e esta não está atualizada, não é possível imprimir todos os horários, horários muito complexos, como por exemplo, verão, tempo de escola, o que para uma pessoa de 60 anos, o que é o horário do tempo de escola, as pessoas de idade não sabem, se acaba a 13 de junho ou a 1 de julho, devia estar concretamente a data, para todas as pessoas saberem, as pessoas com 70 ou 80 anos não sabem as datas do calendário escolar. -----

Depois também existem muitas pessoas que se queixam de ficar nas paragens, o que é que se passa? Porque não existe desdobramentos para aumentar a capacidade e quem verifica os sindicatos que nós auditámos aqui na comissão, às vezes por semana existe 50 alterações ao sistema. Afinal o que se passa com o sistema? Um sistema de tem 50 alterações, não é um sistema que está a funcionar, é um sistema que está a funcionar muito mal e aqui o problema não é falta de motoristas, deve ser muitas coisas, é motoristas, é horários, é veículos, etc. -----

A acessibilidade à venda dos títulos, só temos um quiosque aqui no Montijo e está fechado aos sábados e domingos, como é que os utentes carregam durante o fim de semana ou compram um bilhete avulso? Porque é que o quiosque não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceber
F. G.
J. P.

está num sítio acessível a todos? As paragens, só 30 % das paragens é que têm abrigo. Quem trata das paragens? Quem é o responsável pelas paragens? Já vi pessoas numa Estrada Nacional junto à berma e quase numa valeta. Problemas de excesso e carga horário de trabalhos dos motoristas, os motoristas podem fazer 8 horas por dia e o máximo de 200 horas por mês, existem motoristas a fazerem mais de 14 horas diárias, ninguém verifica isto? Já para não dizer que os motoristas em outubro, viram suspensas a possibilidade de marcarem férias.” ---

A senhora **Deputada Municipal Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “É um bocadinho difícil ultrapassar a perplexidade que nos assola, quando começamos a falar deste assunto, porque as deficiências focadas pelos munícipes, com as quais nos solidarizamos à imagem do que já fez o senhor Presidente da Câmara em reunião de câmara, são de tal modo graves e constitui um retrocesso, no direito fundamental à mobilidade tão grande que embora seja transitório, não deixa de existir uma perplexidade muito grande. Agora irei centrar-me em duas questões, queixam-se os utentes da desadequação dos horários, da desadequação dos ritmos das carreiras e do número de lugares disponíveis, com graves consequências sobre a sua vida pessoal e até os seus direitos, como o direito ao trabalho, à saúde, etc. Fazendo uma avaliação, existem questões que tem a ver com a funcionalidade e a operacionalidade deste projeto, portanto, não estão a operar bem. Indo consultar aqui o contrato que a TML assinou com a operadora a Alsa/Todi, eu verifico aqui na clausula sete, que vocês preveem um período de transição de 10 meses, ora, já passámos metade desse tempo, vamos em 5 meses, a minha primeira pergunta é a seguinte: estando num período de transição e



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu

H.
J. J. J.

correspondendo a esta transição, uma monitorização muito próxima de todas as deficiências, podemos nós ter a certeza que a clausula sete, vai ser cumprida e que cumprindo os 10 meses do contrato, todas estas dificuldades serão ultrapassadas? Portanto, está a fazer-se a monitorização, é que, no ponto 1., deste período de transição admite-se que durante este tempo se devem ultimar todas as ações, para preparar que a estrutura que se desenvolva de modo ótimo, digamos assim, entre outras, recursos humanos, meios técnicos e materiais, podemos ter a certeza que daqui por mais cinco meses, perfazendo estes dez meses, não se evoca outra vez, a falta de motoristas? -----

Outra questão, que levanta alguma perplexidade, eu não sou utente frequente da Carris Metropolitana, mas ando muito a pé, mas nunca vi passar tantos autocarros vazios a dizer fora de serviço, como vejo agora, todos dias eu vejo quatro ou cinco autocarros a dizer fora de serviço, a passear no Montijo e a gastar combustível. -----

Também está prevista na clausula trinta e cinco, do contrato, que tem a ver com o sistema de informação ao público e cabe ao contraente público a disponibilização e a gestão do sistema de informação público, através dos seguintes canais, APP, portal institucional, alimentadores de planeadores externos, painéis de informação instalados na via pública, sendo que, o contraente público, ou seja, a TML tem que proceder em conformidade com esta situação, e sendo que, pelos testemunhos que aqui temos, ela não está a ser cumprida, portanto, perguntamos a quem de direito, para resolver esta situação, o que se prevê?" -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce Jee

FL

FL

O senhor **Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, Fernando Caria**, cumprimentou todos os presentes e disse: “Em primeiro lugar dizer perentoriamente que, estou solidário com todos os utentes e com as manifestações que eles já fizeram, uma vez que, se sentem lesados da forma como os transportes estão a decorrer. -----

Em segundo lugar, numa reunião que tivemos, já manifestei a minha indignação enquanto presidente de junta, que não fomos chamados para qualquer informação, nem qualquer sugestão, porque nós enquanto presidentes de junta temos um maior e melhor conhecimento em relação às preocupações dos utentes das nossas freguesias. Não invalida que as reuniões tidas com a Câmara Municipal, onde foram discutidos esses problemas, mas de viva voz e na primeira pessoa, seria muito útil nós termos tido alguma presença nas reuniões da TML e podermos manifestar as nossas opiniões e as sugestões criadas pelos nossos utentes que connosco veem falar. Talvez se nos tivessem ouvidos alguns desses problemas hoje já não existissem. -----

Também quero lamentar, que as reclamações que nos chegam, nós enviamos para a TML e estas são sempre sem resposta, tendo apenas a última reclamação da Junta do Montijo, sido respondida pela Alsa Todi e não pela TML. Não vou dizer que é uma falta de consideração pelas freguesias, não quero chegar a esse ponto, mas entendo que, deveria de haver da parte da TML alguma consideração e respostas das reclamações dos utentes.” -----

A senhora **Deputada Municipal Isabel Balreira (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção, que abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
L.
H. Silva

" Reafirmamos, na sequência da moção que fizemos aprovar na última Assembleia Municipal, que é inaceitável por parte das empresas privadas Alsa-Todi, o não cumprimento na íntegra do contrato estabelecido com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa. -----

As consequências do incumprimento do contrato referido, nomeadamente o não cumprimento dos horários e a falta efetiva de carreiras - com especial relevo para as ligações a Lisboa -, são gravíssimas e tem originado situações insuportáveis aos utentes dos transportes públicos rodoviários. -----

Situações estas, que derivam do facto de os passageiros ficarem sistematicamente em terra, fazendo com que hajam atrasos consecutivos na chegada aos locais de trabalhos, com as nefastas consequências que daí advêm para os utentes, tais como descontos no salário por entrarem tarde ao serviço e inclusive e de acordo com relatos tornados públicos em sessão da Câmara Municipal, casos de colocação em causa do próprio posto de trabalho, tendo originado já o efetivo despedimento do trabalhador. -----

Tudo deve ser feito, para obrigar as empresas privadas Alsa-Todi, que têm recebido as verbas contratualizadas, a cumprirem com o contrato estabelecido com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa. -----

Queremos também reafirmar, a relevante importância económica, social e ambiental, que significou e significa, para os utentes dos transportes públicos e para a região, o modelo do passe intermodal a baixo custo e que defendemos o caminho da sua gratuitidade, que alguns a pretexto do não cumprimento do contrato estabelecido por parte das empresas privadas Alsa – Todi, tentam pôr em causa. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede
Lb.
jff

Diz o nosso povo, nos seus sábios provérbios, que é preciso, defender o que está bem e contestar o que está mal. -----

O que está mal, são as empresas Alsa – Todi não cumprirem o contrato estabelecido, pelo que temos o dever e a obrigação por todos os meios ao nosso alcance, de combater tão sinistra situação e exigir o seu cumprimento. -----

O que está bem, é o modelo do passe social intermodal, a baixo custo e a caminho da gratuitidade, que temos o dever e a obrigação, por todos os meios ao nosso alcance, de defender. -----

Conosco podem sempre contar nos bons e maus momentos.” -----

Seguidamente e continuando no uso da palavra, colocou as seguintes questões:

Ressalvar o facto da administração das empresas Alsa-Todi, terem sido convidadas para estar presentes, quer na Comissão de avaliação, quer na Assembleia Municipal Extraordinária marcada especialmente para discutir tão grave e importante assunto e pura e simplesmente não comparecerem, nem sequer darem uma explicação. -----

Fica manifesto que, perante os colossais incumprimentos ao contrato, a administração da Alsa Todi não tem cara para se apresentar ao público e aos deputados desta Assembleia Municipal. -----

A AML e a TML têm conhecimento e reconhecem as graves falhas que existem no momento, nomeadamente - nas ligações do Montijo à cidade de Lisboa, o que causa constrangimentos na ida e no regresso da população - que está em franco crescimento -, e têm em vista alguma solução a breve prazo para estes problemas? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabe
Le
Hpa

Equacionando esta última questão do aumento da população no Concelho do Montijo, está previsto o aumento da oferta dos transportes, quer urbanos, quer intermunicipais? -----

Está previsto uma melhoria dos transportes do circuito urbano dentro do concelho do Montijo, nomeadamente assegurando uma rede de transportes noturnos entre as várias freguesias do concelho e também entre o concelho do Montijo com as suas freguesias rurais? -----

Uma vez que AML e a TML não estão limitadas aos transportes rodoviários, e como o concelho do Montijo também é servido pelo barco - o qual também é bastante deficitário com constantes falhas de carreiras (já de si poucas e muito espaçadas entre si no tempo - em hora de ponta temos barco de ½ em ½ hora) - a bancada da CDU gostaria de saber se não estaria previsto um incremento neste meio de transporte para Lisboa - que a funcionar bem e uma vez que cada barco tem a capacidade de levar cerca de 500 passageiros - poderia aliviar bastante e servir de meio alternativo ao transporte rodoviário, sendo depois complementado por uma rede de transportes urbanos que fizessem o transbordo para dentro da malha urbana do concelho e até concelhos limítrofes, como é o caso de Alcochete." -----

A senhora **Presidente da Junta de Freguesia de sarilhos Grandes – Dinora Caetano**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Quero aproveitar a oportunidade enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, freguesia muito prejudicada nestas questões dos transportes, porque constantemente desde o início desta operação, os fregueses estão sempre sem transportes e passaram a fazer deslocações próprias, ou vão de carro para o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee
H.
H.

trabalho ou então fazem quilómetros no sentido contrário ao emprego, para irem apanhar o autocarro junto à origem das linhas. Houve muitas reclamações que eu recebi na junta de freguesia, reclamações essas que foram reencaminhadas para a TML e para a AML e o que eu senti desde o início, é que a população em geral, não sabe a quem é que, pode pedir responsabilidades pela falta dos autocarros que não passam ou que veem cheios e não param. -----

Aqui a questão é, conseguem explicar quais as responsabilidades de cada uma das empresas, gostaria que esta questão ficasse esclarecida, até porque temos público a assistir, para que os utentes percebessem definitivamente, a quem, têm que reclamar. -----

Concordo com o meu colega, o Presidente de Junta do Montijo e Afonsoeiro, que todos os Presidentes de Junta deveriam ser chamados, uma vez que estão mais junto das populações que usam os transportes públicos, pois deveríamos ter sido chamados à discussão, na altura da montagem da operação. -----

Numa próxima reorganização de serviços de carreiras de horários, pudéssemos até ser chamados, mais que não seja pela Câmara Municipal e poder colocar as nossas questões e a Câmara Municipal passar essas informações às empresas, deixo esta sugestão, para que as Juntas de Freguesia possam ser envolvidas no processo.” -----

O senhor **Deputado Municipal Carlos Ferreira** (CDS), no uso da palavra da palavra, disse: “Em primeiro lugar uma especial saudação democrática ao senhor Secretário da Área Metropolitana de Lisboa e respetivos assessores pela disponibilidade de aqui estarem hoje, a cumprir a lei, perante os munícipes do Montijo e perante este órgão deliberativo e fiscalizador, no que é os interesses



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei
H. B.
A. J. M.

deste concelho, que diz respeito no âmbito desta legislação vigente. -----

O CDS Montijo gostava de vos ter ouvido nos dez minutos iniciais que vos pedimos, para explicarem as vossas razões, para o que se passa depois desta adjudicação, achamos que essa postura de prescindir desse tempo para nos darem explicações iniciais, por parte da AML, é um pouco deselegante e escusada, mas muito reveladora. -----

Finalizado este procedimento concurso de adjudicação do serviço público de transporte rodoviário de passageiros, para este lote 4, Montijo, Alcochete, Moita, Palmela e Setúbal, vamos propor a esta Assembleia que enquanto entidade fiscalizadora das competências deste executivo camarário, também sobre o serviço público de transportes de passageiros dentro do município de Montijo, competências essas, que foram delegadas na AML, por contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências, em março de 2019, solicitar que no âmbito dessas competências próprias desta Assembleia e na Lei nº 26/2016, de 22 de agosto, que regulamenta o acesso aos documentos administrativos, exigir a consulta de todas as peças do concurso público deste lote 4, que foram publicitadas a 17 de fevereiro de 2020, no Diário da República, assim como, todas as peças da proposta vencedora e respetivos relatórios de avaliação e de adjudicação. Queremos também ter acesso ao contrato realizado com a Alsa/Todi, a 17 de dezembro de 2020, assim como todos os seus anexos, ao desenho da rede, aos requisitos da frota, aos indicadores de monitorização, aos sistemas e equipamentos tecnológicos, aos recursos humanos, qualidade e serviço ao passageiro, avaliação de desempenho do serviço, modelo de remuneração do operador, reporte financeiro e sanções, assim como, o completo contrato de retificação que foram depois obrigados a fazer com a Alsa/Todi, assim



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebec
H.
H.

como, todos os seus anexos, que acabei de enumerar, contrato esse que nos chegou hoje por email e sem mais nenhuma anexo e documento. -----

Este processo de tantos milhões dos nossos impostos se tivesse corrido bem, para além da legalidade que está certamente assegurada, pelos próprios procedimentos do CCP, exigia-se ainda assim, total transparência e escrutínio democrático. Tendo corrido como correu e como está a decorrer, exige-se tudo isso, mas também responsabilidades políticas, as responsabilidades técnicas e operacionais, são melhor ou pior, escrutinadas por um contrato público, mais bem feito ou mais mal feito, mas neste órgão político e na defesa dos nossos munícipes e contribuintes, destes milhões de euros entregues à Alsa/Todi, queremos saber quem é ou quem são os responsáveis políticos, por este “desaire” desta fraude na prestação de serviços público de transporte rodoviário de passageiros no Montijo e em todo este lote 4. -----

Podemos aqui perguntar se a AML ou a TML se estão a monitorizar os recursos humanos rodoviários contratados, relativamente ao trabalho contínuo de motorista, para o número de carreiras de veículos e se é legal e matematicamente compatível com a segurança rodoviária. -----

Perguntar também, porque é que a rede não tem carreiras rápidas ou expresso entre Lisboa e cada um dos concelhos, porque é que ao fim de tantos meses as pessoas continuam a ficar na paragem com autocarros cheios ou que não veem? Qual é a vossa estratégia para restaurar a confiança dos utentes no serviço público de transportes rodoviário de passageiros? Como é que pensam compensar os nossos munícipes por toda esta poluição que nos têm obrigado a fazer com a utilização dos transportes pessoais? Como é que pensam reagir quando as comissões de utentes ou os próprios utentes decidirem processar a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
H.
J.P.

AML ou a TML, pelos danos morais, causados pelo defraudar das expectativas numa entidade responsável por um serviço público delegado, num compromisso anunciado e publicitado aos utentes de forma fraudulenta, no uso e abuso da fé pública, que todos depositaram na AML e também estou a falar dos cinco presidentes de câmara que vos delegaram as competências, neste lote 4, mas esses apesar da tutela administrativa, não vos vão fazer nada, certamente, a AML é um destino apetecível para ex-presidentes. Aliás, dentro da AML, da área da AML, temos os senhor Presidente da República que é escrutinado pela comunicação social, temos o Primeiro-Ministro e os Ministros que são escrutinados na Assembleia da República, temos os Presidentes de Câmara que são escrutinados pelos Vereadores da oposição e pelas Assembleias Municipais e depois temos o todo poderoso Primeiro Secretário e patrão da AML, que é escrutinado, imagine-se na Assembleia Municipal de Montijo. -----

Quando é que se pode comprar e utilizar títulos de transporte usando tecnologia e ferramentas do século XXI, onde já estamos à 22 anos? Como é que nestes concelhos rurais, os utentes podem comprar o passe, se só existem lojas no centro da cidade do Montijo, durante o horário normal e na sede do distrito se for ao fim de semana? Como é que um utente de Pegões, Canha ou Vendas Novas, gere esta situação? Como é que os senhores se arrogam no direito de dar contratualmente à Alsa/Todi, um período de dez meses de transição, para assumir integralmente as obrigações contratadas, em termos de motoristas, autocarros e outros recursos que estão na cláusula sete, que aqui já foi referido. Como é que os senhores se arrogam no direito de fazer de cobaias as famílias de Montijo, Alcochete, Moita, Palmela e de Setúbal, nós não somos operários de nenhuma fábrica de armamento. Para nós, estar a usar-nos como cobaias, que é



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei:
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

o que parece, nesta vossa operação especial. -----

Para terminar, os senhores assinaram um contrato, que a todos nós nos deixou nas “mãos” da Alsa/Todi. Os senhores para além de terem cláusulas que na realidade parecem demasiado simples, não têm como reverter este contrato, não foram prudentes, não têm outra forma de assegurar os transportes públicos rodoviários de passageiros. -----

Digam se faz favor, qual o valor da penalização que anunciaram na comunicação social, que já tinham enviado à Alsa/Todi?” -----

A senhora **Deputada Municipal Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “O Chega agradece a presença de todos os representantes, para que se consiga perceber e tentar retirar algum conteúdo útil, que possa ser utilizado na resolução deste problema. De referir que estes transportes deveriam estar ajustados à necessidade da população, mas efetivamente isso não está a acontecer. É importante tentar perceber, a que se deve todos estes constrangimentos existentes, assim coloco as seguintes questões: -----

Quais foram os passos dados por parte da AML, relativamente à empresa prestadora do serviço (Alsa/Todi) para tentar resolver a situação? -----

O Chega chamou a atenção para o valor investido neste projeto, (mil e duzentos milhões de euros). Que condições contratuais foram estabelecidas por parte da AML em caso de incumprimento por parte da empresa prestadora do serviço? –

O Chega questionou ainda se efetivamente a formação dos profissionais fica a cargo dos mesmos, e se sim, se a AML não considera que seja um entrave à aquisição de mão de obra?” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
H. H. H.

O senhor **Deputado Municipal Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu assisti a duas apresentações aqui nesta sala, onde foi apresentado o projeto do lote 4, um projeto bonito e politicamente correto, só que se criaram um expetativas tão elevadas, mas eu tinha dúvidas se a frota era toda nova e até colocou essa questão ao senhor Presidente da Câmara, numa Assembleia Municipal, tinha as minhas dúvidas, mas ainda bem que me enganei e vieram autocarros todos novos. Agora existe o problema, que é, isto é um projeto importante, em todas a áreas, quer económico, quer social, quer ambiental, só que isto não está a corresponder às necessidades das pessoas e como não está a corresponder às necessidades das pessoas, pode acontecer um projeto falido e isso dá direito à demagogia, dá direito ao populismo, a manifestações de rua, corte de estradas, dá direito a todas as situações imaginárias, porque venderam um produto e esse produto está “estragado” e a AML e a TML respondem objetivamente a estas necessidades ou então não tem futuro, mas espero que tenha mesmo futuro, porque isto é um projeto muito importante. Como é que é possível, está aqui escrito, contrato de concessão da carris metropolitana, esclarece obrigações de cada das partes, existe um contrato que tem cento e trinta páginas, onde vem definido a responsabilidade de cada um, ou seja, arrancou-se com um projeto, com um conjunto de horários, chegou-se ao fim do mês e esses horários não serviram, começou-se a aplicar os horários dos TST e depois nem os horários dos TST serviram. Além do problema técnico que está aqui, existe um grande problema de ordem política, este projeto é político e muito importante para a AML e ainda bem que o lote 1 e 2, não arrancaram, nem sei se vão arrancar em janeiro, mesmo o lote 3, que arrancou um mês depois continua a ter “buracos”. Eu acho que já



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceber.

fb.

flp.

existe experiência suficiente e as pessoas que estão à frente da AML, tiveram um experiência dos Transportes Coletivos do Barreiro e como é que é possível chegar a esta altura já com cinco meses e continuar a haver pessoas a chegar do barco do Montijo e não ter autocarros e mandam um mini buis que lavam 15 ou 20 pessoas, quando deveriam mandar um autocarro, que deveria levar 50 ou 60 pessoas. -----

Para terminar, quero fazer uma pergunta, quem foi responsável pelo modelo de autocarros que estão a ser utilizados, é que, numa reunião da comissão, foi dito que os autocarros de 70 lugares, não foi permitido pela TML, se existia autocarros de 70 lugares e agora só é permitido autocarros de 50 lugares, é lógico que alguém tem que ficar de fora.” -----

A senhora **Deputada Municipal Lília Mendes (IL)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “No século XVIII, já se sabia que o desenvolvimento da mobilidade era o fator chave para o desenvolvimento económico. Estamos no século XXI e é necessário chamar a atenção, para a urgência da revolução deste tema. -----

Desde o início da operação, que a Iniciativa Liberal tem seguido este tema com alguma proximidade, recolhendo relatos junto da população, para aprofundar as razões do estado atual do serviço ou melhor do não serviço. -----

Reunimo-nos com a TML, em particular com Jacinto Gomes e Rui Lopo, aqui presentes e numa longa conversa, entre os núcleos territoriais da IL e da TML, vimos que a responsabilidade, acaba por ser mais abrangente, as Câmaras Municipais delegaram na AML, que delegou na TML, que criou a Carris Metropolitana e lançou o concurso de acordo com o caderno de encargos criada



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabral
Fl.
8/10

por aquela e escolheu os operadores em função de critérios de avaliação previamente estabelecidos, estes critérios não impediram que o serviço, seja mais do que sofrível, verifiquei a quantidade de Ubers que circulam na cidade e existem pessoas que para trabalhar dentro do Montijo, ou seja, moram no Montijo e trabalham no Montijo, têm que pagar um Uber, porque senão são despedidas. -----

Como é que chegámos até aqui? Foi sobre a operação dos TST que estabeleceu as necessidades da mobilidade, com a definição dos trajetos, ora essa definição foi acompanhada pela Câmara Municipal de Montijo, como deveria ter sido, é uma pergunta que queremos colocar? -----

Começou a correr a notícia, que o operador iria contratar sessenta motoristas, circulou pela comunicação social, que após uma breve formação, estariam aptos, a serem colocados ao serviço. Estamos no fim de outubro e os novos motoristas aparentemente chegam a 2 de novembro, mas, ainda farão formação. Pergunto, qual a indicação da entrada destes motoristas ao serviço? O contrato é feito diretamente com os motoristas ou pela empresa de Cabo Verde? Os contratos são a prazo e são por quanto tempo? Estas questões são mais dirigidas à Alsa/Todi, mas a TML tem o dever imperioso de garantir que o operador cumpre o acordado, e que está a implementar as ações corretas para suprir as necessidades da população, por isso, esperamos que respondam às questões colocadas? -----

No plano de atividades e orçamento 22/25 de janeiro de 2022, diz: “A TML propõe-se colocar no centro das políticas públicas, as pessoas, o serviço que lhes é prestado, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, dos seus núcleos populacionais, procurando reduzir as simetrias territoriais, económicas e sociais,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder

SL
JFM

garantindo a todos as acessibilidades financeiras e geográficas ao transporte coletivo, contribuir ativamente para a criação de condições de apoio à economia e ao emprego, seja nas práticas de movimentação pendular, seja no turismo ou lazer, seja na logística, etc. Acresce que se uma das ideias na base de criação da carris metropolitana era o menor recurso aos veículos pessoais, não está a resultar. Deve ser realizada, uma revisão do acordo de encargos, de forma a adequar a oferta, às necessidades de uma região, que se encontra em crescimento populacional e cujas as necessidades não são abrangidas pelo atual. Portanto, o que é que vai ser feito neste momento? Será que vamos ter que esperar por 2025, para ver o serviço melhorar? -----

Agora, outras questões mais operativas, gostaríamos de saber quantas pessoas com bilhete pago ou passe navegante adquirido, ficam apeadas nos horários respetivos? Quantas pessoas é que estando na paragem não conseguem apanhar o autocarro? E que pagaram passe. Gostaríamos também de saber, se existe algum problema de financiamento e se a questão dos passes a 40 euros, são um problema nesta situação? Soubemos que existe forte indício da operação nas outras zonas, ser adiada novamente, não estará na altura de assumirem, que não estão a dar conta do recado? Queremos também saber, se vai haver algum estudo, da mobilidade da margem sul e as respetivas necessidades de transporte? Queremos também saber, porque a situação é caricata, de serem os passageiros a dizer os percursos que os motoristas têm que fazer, sendo que alguns dos motoristas nem sequer sabem onde é o Alegro no Montijo. Porque é que os motoristas não sabem os percursos?" -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder

Fl.
H. H.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Já tivemos aqui várias discussões sobre este tema, todos os nossos deputados conhecem a posição camarária. -----

As situações que temos, têm sido transmitidas aqui aos senhores deputados, portanto, não vejo, aliás, seria uma perda de tempo continuar a insistir com os mesmos temas, com as mesmas coisas, com os mesmos argumentos, uma vez que temos aqui esclarecido de uma forma muito clara, as nossas responsabilidades políticas, como temos dito e as responsabilidades técnicas, objetivas e operacionais que lideram a operação. Estas questões são importantes, mas hoje mais importante do que ouvir o Presidente da Câmara, é ouvir os responsáveis pela operação metropolitana de transportes, por isso o Presidente da Câmara têm os ouvido nos diferentes fóruns, no qual temos transportado também, todas as debilidades e dificuldades deste serviço, temos ouvido as respostas, obviamente que algumas das vezes, também insatisfatórias para nós, como todos sabem, mas a verdade é que não adianta muito, estar aqui a repetir argumentos.

É conhecido, é mais do que público e claro que acompanhamos as preocupações dos munícipes, as suas dificuldades e mais do que isso, damos nota delas, dentro de cada um dos fóruns da AML. -----

Só queria dizer aqui mais uma questão, nós estamos perante um processo político, muito importante na região de Lisboa, na região da Área Metropolitana de Lisboa e na região da Área Metropolitana do Porto, aliás é simultânea o desenvolvimento dos transportes rodoviários de Lisboa e Porto e iniciaram-se efetivamente os dois, a partir de uma conferência e de um encontro de que tivemos com o Primeiro Secretário da Área Metropolitana de Lisboa e da Área



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesca

fb.

afp.

Metropolitana do Porto e também os respetivos presidentes e com o Governo, onde se estabeleceu um caminho a trilhar. -----

É preciso não esquecer que as operações que existiram anteriores, vindas da rodoviária nacional, agora não vale a pena fazer a história, efetivamente não correspondiam, às necessidades dos cidadãos e foi isso que nos fez envolver e encontrar uma solução que permitisse e garantisse o mínimo de transportes aos cidadãos do Montijo e entre as regiões do concelho de Lisboa. -----

É uma grande conquista da democracia portuguesa esse passe barato, que permitiu a muitos cidadãos circular dentro da rede de transportes e isso é extremamente importante. Depois, também tivemos aqui, o desafio não menos importante e que está a dar estes problemas, que é o desafio da oferta de transporte, isto é, estimulámos a procura, com os passes baratos e temos que dar agora uma resposta de oferta de transporte público e essa oferta, infelizmente, não correu como já todos aqui expressaram, mas isto não nos faz esmorecer, quero dizer a todos os senhores deputados e todos os munícipes que nos veem, não nos faz esmorecer, nem entrar num discurso mais acicatado ou até mais populista. -----

Acreditamos que este é um sistema capaz de resolver o sistema das pessoas, desde que bem gerido e desde que tenha uma operação capaz de ir ao encontro das necessidades das pessoas e é um sistema que certamente irá afastar muitas das assimetrias e desigualdades que existem na região de Lisboa, é isto que nos continua a fazer acreditar neste sistema, é isso que nos levou a propor a esta assembleia municipal e senhores deputados que estavam cá na altura, alguns dos quais ainda hoje estão, a responsabilidade de delegarmos competências na AML,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee
fb.
Lupe

em matéria de transportes urbanos. De referir, que a competência de transporte interurbano é diretamente da AML. -----

O que o Presidente da Câmara tem pedido a todos os munícipes e a todos os utentes, que são afetados por esta ineficiência de transporte público rodoviário de passageiros, temos todos que ter aqui uma capacidade de resistência. -----

Nós continuaremos a transportar os problemas para a AML, para a TML, para aqueles que são responsáveis, porque o que nós temos hoje aqui, são problemas de operação, não é um problema de conceção do sistema, por esta razão estivemos todos de acordo, da esquerda à direita, porque entendemos que é um sistema que corresponde às necessidades das pessoas.” -----

O senhor **Rui Lopo da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Por uma questão de gestão de tempo o senhor Presidente do Conselho de Administração dispensa uma breve introdução ou caracterização. -----

Em primeiro lugar agradecer naturalmente o convite da TML, nós viemos por apêndice natural e claro da AML, que neste sede e quem tem que prestar esclarecimentos e dar-vos uma nota, porque é sempre importante aproveitar estas oportunidades, na nossa opinião, de esclarecimentos da nossa parte, dos aspetos que são colocados e outros que desconhecem, por natureza de razão e sobretudo ouvir as pessoas que são afetadas pelas circunstâncias que no lote 4 e no Montijo, estão a ocorrer. Queria também fazer uma referência, sobre o papel da TML nesta reunião, muitos de vós fizeram declarações, notas políticas, como é evidente, este é um órgão político, a TML cingir-se-á e só a questões técnicas. Sublinhar um aspeto que nos parece ser importante e temos dito em todas as



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.

F. L.

M. J. J.

reuniões públicas, onde temos ido, sempre que somos solicitados e que felizmente não nos negamos a nenhuma, temos recebido muitas pessoas na TML, temos ido a várias sessões públicas, umas para resolver situações das pessoas, outras nem tanto, portanto, temos já alguma experiência destas questões. -----

Não existe em nenhuma destas situações que são reportadas, dúvidas nenhuma da parte da TML, que as pessoas têm razão, isto que fique claro, as pessoas têm razão quando não são bem servidas e quando o serviço não vai em linha, daquilo que são as suas expetativas. E também não há em nenhuma destas matérias que estão a acontecer, questões financeiras ou de otimização de recursos, para não responder bem às pessoas. -----

Dizer ainda, que nós temos relativamente pouco tempo para o conjunto imenso de questões e permitam-me dizer que o desconhecimento de algumas dessas questões que colocam e desconhecimento não é necessariamente negativo, é o que é, o desconhecimento que elas aportam, porque existe aqui notas que de facto, se for necessário outra reunião, se for necessário outras conversas, para que os senhores deputados municipais, evidente que na concordância da AML e da autarquia, se for necessário dar-mos mais informação, mais explicações, darmos mais conhecimento a todos os deputados municipais contem com a nossa total disponibilidade, aliás como já aconteceu, para prestar todo e qualquer esclarecimento. -----

Existem aqui alguns aspetos que parecem ser importantes e começar por dizer que o quadro que temos hoje em aplicação nestes territórios, na área 3 e na área 4, na área eu diz respeito ao Montijo área 1 e 2, resultam de uma imposição da União Europeia, Regulamento Comunitário de 2007 e combinado com o Regime Jurídico de Transportes de 2015, que obriga a que esta circunstância aconteça,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder
[Signature]

com transferência de competências para as câmaras que não existia à data, com todo um conjunto de vicissitudes que daí decorre, dificuldades técnicas das autarquias, questões financeiras, enfim, todo um rol de circunstâncias que quer queiramos quer não, toldam o processo que conhecemos hoje, mas independentemente disso o que temos hoje é o cumprimento de uma obrigação legal, a partir de dezembro de 2019, no caso da AML houve a prerrogativa dada pela AMT – Autoridade de Mobilidade e Transportes, mas de facto o que temos hoje, é uma obrigação. Portanto, o regime de funcionamento dos transportes públicos que tínhamos e em concreto aqui na Península de Setúbal ou no Montijo, até ao dia 31 de maio, tinha mesmo que se extinguir por obrigação legal. Portanto, tem que haver um contrato, tem que haver um concurso público, ao qual concorrem concorrentes, que respondem e que são avaliados, por um conjunto de fatores que são públicos, que são consultados nos portais, é uma matéria que decorre de uma obrigação legal e que por acaso e na nossa opinião e bem, coincide com a entrada de uma simplificação de uma marca única no quadro metropolitano, aliás se recuarmos à uns anos atrás, em termos de conversas de mobilidade, toda a gente costumava dizer porque é que não se fazia igual à Suíça ou igual à Dinamarca, em que, existem vários operadores que prestam o serviço, mas a marca é única, o sistema de informação é único, só que eles começaram a fazer isto à trinta anos e já passaram por uma série de coisas, que alguns de nós conhecem esta matéria do ponto de vista da sua complexidade e isto não justifica a situação concreta operacional, que estamos a viver. São dimensões diferentes, mas algumas das coisas que estão a acontecer, por exemplo uniformização de horários, uniformização de horários, horários de passagem e estamos num território que é o Montijo, com características urbanas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adelino
St.
Almeida

e rurais, em que as pessoas não têm que saber a que horas é que o autocarro vai chegar e se parte de um determinado sítio e não tem que saber a distância, o que se tem que saber é a hora em que ele passa naquela paragem e o que acontece é que nós durante 40 anos, nunca tivemos nada disto. Portanto, a realidade operacional do país, para dar resposta, é do país, os fornecedores, os operadores, são muitos menos capazes do que nós achamos do que eles são capazes. É que nós falamos de um operador, num caso concreto, que entrou de novo, e que veio substituir um operador que estava cá, há quarenta anos a fazer durante 40 anos, a fazer as mesmas coisas, os mesmos horários, quer queiramos quer não, para homogeneizar, criar a mesma leitura de horários, o mesmo modelo para toda a Área Metropolitana para quatro operadores distintos, posso-vos garantir que não é uma tarefa fácil. Mais, não havia inclusivamente no país, empresas que conseguissem fazer esta matéria em tempo útil, para que se conseguisse prestar um determinado tipo de informação, como nós queríamos, que fosse prestada. Mas isto de facto, são muitos detalhes e reiterar um aspeto que nos parece ser essencial, que é, total disponibilidade da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, e não existe aqui nenhuma agenda escondida, mesmo para questões técnicas, existem total disponibilidade para ajudar a esclarecer. -----
Depois, um outro aspeto, que de alguma forma nas intervenções foram colocados é, o contrato prevê que sejam quatro prestadores de serviços, um prestador de serviço por cada, lote que foi posto a concurso público, em cada área regional e cada um desses prestadores de serviços tem que ser um operador de transportes, a realidade operacional que esse operador de transportes tem que implementar, é que é ele que é responsável pelas operações e há um conjunto de aspetos, que por mais que nós achemos e não é algo que nós não saibamos, que é essa muita



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee
J.B.
J.P.

expetativa das pessoas e da expetativa dos eleitos, mas nós estamos no quadro de um contrato, esse operador é esse prestador de serviço que tem que dar um conjunto de respostas operacionais e tem que responder em sede de um contrato e questões relacionadas com recursos humanos, mesmo em sede do próprio contrato, permitam-me o parêntesis, questões relacionadas com horários finos, como aqui foi dito, os horários de resposta e de articulação com outros operadores de transportes em sede do contrato, em sede do procedimento que foi lançado cabe essa responsabilidade ao operador, dando uma ideia genérica, à Área Metropolitana de Lisboa em concreto, depois de surgir a TML em fevereiro do ano passado, à Área Metropolitana de Lisboa, à TML cabe dizer qual é que é o plano de oferta, o que é que nós queremos que seja oferecido às pessoas e é o operador que cabe fazer uma coisa chamada, o plano de operação, aspetos que estão escritos no contrato, cabe ao operador dizer qual é o plano de operação e no que é que se materializa o plano de operação, é o aspeto fino, o aspeto capilar de encontrar resposta para o barco, resposta para a escola, resposta de afinação, porque é o operador que é o prestador de serviços que tem o conjunto de recursos, para poder responder a esse aspeto concreto, é ele que sabe quantos trabalhadores pegam à segunda, quantos estão de folga à terça, questões muito operacionais que não cabe a quem está a gerir um contrato, numa camada superior do ponto de vista dessa amplitude, deste movimento. -----

Por exemplo, foram aqui feitas duas intervenções e nós entendemos que não são negativas, mas, uma delas foi sobre o período de transição, é um aspeto que é importante e o período de transição já acabou, era um período de 10 meses, entre a assinatura do contrato e a entrada em funcionamento, em que a TML, de facto e objetivamente desenvolveu um conjunto de esforços, junto de todos os

Ceder.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

operadores, para garantir que havia um conjunto de circunstâncias que estavam asseguradas para que a operação entrasse em funcionamento, portanto, esse período de transição, em concreto para a área 4, terminaria, no último dia do mês de junho, para entrar em operação em julho e todos os operadores tinham em sede desse processo, sessenta dias, antes de entrar em operação, tinham que fazer um mapa de risco, para identificar quais são as circunstâncias, para evitar serem sancionados, quais são as circunstâncias que estavam em condições de se cumprir. -----

E em concreto aqui na área 4, é muito importante, apesar de ser com esta distância, que partilhemos convosco que, e eu próprio pesquisei um conjunto de dados, o operador tinha todas as viaturas, e foi aqui colocada a questão da Feirense, que opera num quadro estritamente formal em sede do contrato, do concurso público que foi lançado, em que é possível até 30% da operação seja externalizada por parte do operador, é assim que está no contrato. -----

É possível que cada operador e na minha opinião bem, e é uma opinião técnica, que cada operador possa para necessidades de resposta socorrer-se de outras empresas que estejam capacitadas e isto não significa que o critério, seja reduzido facilmente, tem que ser com os mesmos critérios, pode-se socorrer de subcontratações, até ao limite de 30% e isto garante que o operador faz o fundamental e pode para necessidade de crescimento, socorrer-se de terceiras entidades para prestar o serviço. -----

Dizia eu, que operador tinha no final do mês de maio, todos os autocarros e todos os motoristas necessários para a operação, considerando os motoristas da subcontratação e visto por mim, todos os documentos preparatórios para que a operação funcione, ou seja, tinha as chapas para a operação arrancar no dia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cadea
J.B.
H. J. P.

seguinte. -----

Existe um dado, um momento disruptivo na operação, que importa conhecer, na véspera à noite, no dia 31 de maio, a cinco horas de entrar a operação, recebo um telefonema, que houve uma situação laboral entre os motoristas em que os motoristas se recusaram a fazer os horários e os percursos da Carris Metropolitana, enfim, existe aqui um fator que é importante, o contrato previa também e bem na minha opinião, que nenhum trabalhador saísse prejudicado pela entrada de um novo player em operação e portanto, como o TST reduziam a sua operação, havia um grupo de trabalhadores que podiam ficar desprotegidos e tiveram que entrar na Alsa Todi necessariamente, e quando é que tiveram que entrar na Alsa Todi, tinham que entrar na Alsa Todi muitos deles, não eram todos, uma parte significativa, porque são operacionais, horas antes da entrada da operação do outro operador, ou seja, assinam contrato com o novo operador uma horas antes, terá havido uma situação de conflito, que precipitou esta disrupção do funcionamento do sistema, principalmente da área 4., pois como calculam os motoristas escalados, os percursos, os horários, tudo aquilo que estava programado não pode ser operacionalizado no primeiro dia, dia 1 de junho. As coisas foram melhorando de forma muito insuficiente, até ao fim de semana subsequente, até que acontece uma situação mais grave, que é uma paragem do serviço, no dia 6, os motoristas terão se recusado a operar no dia 6 e com maior incidência em Setúbal, mas também teve consequências ao final do dia aqui na zona de Montijo e Alcochete. -----

Depois daqui até ao final do mês, as questões foram melhorando, mas este processo terá provocado um conjunto de desgaste, entre a entidade patronal e os trabalhadores, o que precipitou a saída de alguns motoristas e de alguns



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Co. Sec.
J. L.
J. L.

motoristas da subcontratação, a operação começou em julho já com défice no número de motoristas, na ordem dos 60, ou seja, 60 para um universo de 300 à data, a falta destes recursos humanos em julho, e quem conhece o setor e quem conhece os transportes, é algo mitigável, porque nós em julho entramos no horário de verão e claro que tem impacto e houve municípios com forte impacto, principalmente Setúbal, que desde logo se mostrou disponível para que algumas das linhas, que ainda não tinham entrado em funcionamento, não entrassem em funcionamento e portanto, conseguiu-se resolver durante o mês de julho e agosto. Fui eu próprio acompanhando esta situação e o processo foi melhorando, ou seja, não se notou. Sabíamos que se a empresa não recuperasse o número de trabalhadores no mês de setembro, a partir do momento que entram os horários escolares, a situação torna-se muito crítica, pois estes horários trazem um crescimento. -----

Pese embora não tenhamos essa responsabilidade direta em sede do contrato, é evidente que acompanhamos a questão do recrutamento, se as pessoas têm formação, pois falamos diariamente para saber se os processos estão em curso, sabemos que o operador está num processo de recrutamento de motoristas fora do país e que está demorado por um conjunto de vicissitudes e de questões burocráticas que tem a ver com vistos e passaportes e com um conjunto de matérias que vamos acompanhando e até o Primeiro Secretário do Conselho Metropolitano e outros autarcas intervieram junto de membros do Governo, para agilizar este processo e desde meados de agosto, o operador anda a desenvolver esforços no sentido de ter um fluxo forte de motoristas, e que em princípio hoje fica resolvido, porque hoje receberam os passaportes de cinquenta motoristas.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adelino
H.
H. Silva

O aspeto fundamental é que nós temos para além das questões sancionatórias, que foram colocadas por alguns de vós e que tem um percurso jurídico, e nós temos tido um foco muito claro, no que diz respeito a estas questões, nós não esperamos por questões jurídicas, para atuar nas questões do dia-a-dia, que é preciso resolver para as pessoas, e alguns presidentes de junta de freguesia, que aqui estão, sabem que não esperamos e se algum presidente de junta não encontrou resposta dos partes dos serviços da TML eu agradeço que me digam, pois alguns de vós têm o meu contacto particular e têm os contactos dos serviços que gerem as operações do Montijo e é muito importante que haja esta agilização, para podermos responder às questões concretas. Nós não esperamos por questões jurídicas para resolver os problemas das pessoas, os problemas das pessoas e infelizmente por falta de recursos humanos, não estamos a ter a melhor responsabilidade do operador e essa responsabilidade é exclusivamente do operador em sede do contrato, mas nós todos os dias intervimos para que o operador, encontre resposta, para conseguir responder melhor a situação A, B ou C. Alguns dos presentes nesta sala, sabem que nos esforçamos muito para encontrar soluções para os problemas que têm acontecido. -----

As questões jurídicas fazem o seu caminho próprio em sede do contrato, nos momentos jurídicos, que como sabem são momentos, manda-se uma notificação, tem "x" dias para corrigir, tem "x" dias para atuar e algumas das circunstâncias tem relatórios trimestrais, tem um conjunto imenso de aspetos sancionatórios, que estão a desenvolver o seu processo e o operador em concreto já recebeu algumas notificações desse tipo, logo, a primeira notificação que este operador recebeu foi no dia 06 de junho, para responder uma lista com cerca de 20 itens e esse processo está em curso. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabele

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Para terminar, o operador nas últimas reuniões e nós reunimos muitas vezes e com a reunião de acionistas houve o compromisso de no início do mês de novembro fazerem 100% da oferta de toda a área e que hoje ainda não está a acontecer, com especial incidência em Setúbal, Palmela e Montijo e Alcochete. - Neste momento o operador não está a arrancar os dias, com serviços descobertos, quer isto dizer, que o planeamento que ele tem feito hoje, tem à partida, tipicamente todos os serviços para o dia de amanhã, garantidos e como os motoristas estão sob pressão e com um grande número de horas, existem pessoas que naturalmente se recusam a trabalhar no dia a seguir, mais horas extras, que podia fazer mais quatro ou cinco carreiras e não faz. -----

O operador continua a garantir o início do mês de novembro, é um compromisso à pele, é procurar fazer o serviço em toda a área 4, sem ter grandes folgas, de motoristas, para que quando falha um ou falha outro, poder cobrir, mas do ponto de vista da caracterização, permitam-me uns números que me parecem ser importantes. Vou dar o exemplo de uma carreira 4202, que faz Afonsoeiro – Bairro do Saldanha, Via Bairro da Calçada, do ponto de vista do plano de oferta, se o operador estivesse a cumprir, os TST tinham previsto fazer 154, o plano de oferta que estava em caderno de encargos desde 2018, tinha revisto 154 carreiras, hoje, o que está no plano de oferta, são 198, se o operador estivesse a fazer, era mais oferta do que aquela que existia. Um processo destes de transportes, não é, um processo estático, nós vamos estar em correções e em incremento constante, durante os 7 anos do contrato, o processo é transportes é dinâmico. -----

Dar aqui outro exemplo, a carreira que teve muitos cortes no final do mês de setembro e no início do mês de outubro, que nós monitorizamos essa matéria, a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu
H
d. p. p.

carreira 4512, que faz Alcochete, Freeport, Setúbal, via Afonsoeiro, em que os TST, fazia 1333 carreiras, e hoje, a Carris Metropolitana, propõe fazer 1496. Para terminar, números de pessoas que hoje usam autocarros, nós hoje estamos com a carreira, a antiga 435, que é uma carreira que tinha duas parcelares, à data dos TST, mas que hoje se desmultiplica em duas, na 4705 e na 4707, os TST em abril transportou 17.000 passageiros/mês, nós em setembro transportámos 25.000 passageiros/mês. A carreira 4701, que é muito sensível para o concelho, na zona de Sarilhos, e é uma carreira que temos reforçado bastante, os TST transportou em abril 54.000 passageiros, nós em setembro transportámos 68.300 passageiros/mês. Nós neste momento, dados de sexta-feira, segunda e terça, estamos a transportar por dia, 17.000 passageiros na área 4, nós estávamos a transportar cerca de 42.000 em setembro e 38.000 em agosto, existe claramente um aumento de procura e claramente um aumento de oferta. Realmente existem muitos atrasos que é preciso corrigir, mas a operação precisa de estabilizar e ainda não houve um número de recursos humanos, para que a operação estabilize, para que se possa depois, atender a questões muito concretas, do dia a dia de cada um de vós." -----

O senhor **Primeiro Secretário da AML – Carlos Humberto**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Estou aqui disponível para dialogar, pois é a nossa obrigação e a conceção democrática e da vida democrática. Para já uma primeira nota prévia, apesar dos números, que aqui foram dados, nós temos consciência, que não estamos a responder às necessidades das pessoas, e digo isto com toda a convicção e com toda a clareza, digo aqui ou em qualquer outro local. Nós não estamos a responder às necessidades das pessoas e mais, os



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
[Handwritten signature]

munícipes, os utentes dos transportes coletivo rodoviário de passageiros, que têm colocado questões, têm razão. Os eleitos municipais, que têm colocado questões, na generalidade têm razão, portanto, não tem dúvidas. A nossa obrigação, é tentar ultrapassar estes problemas, convictamente este é o nosso esforço, está é a nossa obrigação para salvar o projeto, como aqui foi dito. -----

Se nós tivéssemos as condições, temos diferenças profundas políticas, de conceção de vida, é a democracia, mas existem coisas que nos unem, por exemplo estou convencido que a democracia nos une, estou convencido que nos une o direito à mobilidade dos cidadãos. Não vou responder às tentativas de acusações políticas e assumo as minhas responsabilidades políticas, do bom e do mau, já agora o meu lugar está sempre à disposição, como é evidente e para que saibam eu tenho 71 anos e já poucos objetivos profissionais. O meu objetivo pessoal é servir, servir a democracia e servir os cidadãos. -----

Relativamente ao processo eu estou de acordo com o que disse o Presidente Nuno Canta. Este projeto que nós construímos só tem futuro, se o consenso a que chegámos entre forças políticas, entre o Governo, os 18 municípios e diversas entidades continuarem, porque se nós aproveitarmos as circunstâncias menos positivas que estamos a atravessar, para levar ao extremo o combate político partidário, nós damos cabo do projeto. É diferente de avaliarmos os aspetos negativos e positivos e não colocar em causa o projeto, porque o que estamos a construir é um projeto progressista, de procurar dar melhores condições de vida, de ampliar o direito à mobilidade. -----

O concurso que fizemos é integrado num processo, que tem vários momentos, o momento mais significativo foi o de redução tarifária, que não é só a redução, é a ampliação, 2/3 do território da Área Metropolitana de Lisboa não tinha passe,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabele.
Fla
S. J. P.

1/3 da população não tinha direito a passe. Este foi o primeiro grande momento, o segundo grande momento, e que não está a correr bem, é o do concurso. ----- Os Transportes Metropolitanos de Lisboa, não tem como função apenas gerir este contrato, é muito mais do que isso, as questões de todo o sistema de bilhética da repartição financeira, é a TML que faz, no valor de 1,2 milhões de euros, mas têm presente que passa pela AML, em cada ano cerca de 500 milhões de euros, de toda a receita tarifária da região metropolitana e que tem que ser feito, distribuído e analisado.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O senhor Primeiro Secretário disse aqui no final da sua intervenção que pode alguém dar cabo deste projeto, quem é que pode dar cabo deste projeto? Uma das primeiras coisas que qualquer projeto tem que ter é credibilidade. Quando vimos a uma Assembleia Municipal onde todos colocaram “baterias de perguntas” e não houve resposta a nenhuma pergunta em concreto e houve um discurso redondo e o senhor Primeiro Secretário falou cinco minutos e falou no fim e a audição era o senhor Primeiro Secretário. Portanto, eu esperava ouvi-lo falar em primeira mão. Quando a palavra é passada a um “apêndice”, conforme o próprio senhor se autointitulou, a falar cerca de trinta minutos, o apêndice do Primeiro Secretário a falar não responde a ninguém, não responde às perguntas que foram colocadas, pelos deputados e pelos munícipes. Desculpe, mas para falar de política não, nós estamos numa audição para obter respostas. ----- Quando a AML, não consegue e a TML ter respostas cabais em tempo, nós o que precisamos aqui são as soluções e nós aqui ainda não ouvimos falar de soluções. As soluções passam, não por cinco meses a mais, como o PS disse, pois nós não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de

S. de

J. de

temos aqui cinco meses, nós precisamos de soluções amanhã, os munícipes precisam de soluções para amanhã, precisamos que os transportes funcionem aqui no Montijo e não funcionam. Nós delegamos as competências, entregamos mil e duzentos milhões de euros, trinta vezes o orçamento da Câmara, a Câmara Municipal entrega todos os anos mais de um milhão de euros, mas o concurso é de mil e duzentos milhões, para sete anos. Gostaria de ver a carreira dos motoristas mais valorizada, gostaria de ver o cumprimento dos horários, devíamos ter carreiras adequadas, mas não temos e quando colocamos aqui as questões de quando veem as carreiras, quando vem os motoristas, de como isto funciona tudo, temos um discurso redondo sobre o sistema e os passe não são de borla, nós pagamos muito dinheiro pelos passes, o milhão de euros do Montijo, significa que há escolas que trabalham e funcionam em contentores, é um preço muito caro que nós pagamos aqui no Montijo. Quando nós damos um milhão de euros, todos os anos à AML e vemos por exemplo, o que nos falta no hospital e o Governo financiar a AML e os transportes com muito dinheiro, se calhar o dinheiro era mais bem gasto no hospital. -----
Portanto, nós exigimos aqui é respostas e que o sistema funcione, porque se não funcionar, os senhores têm que assumir as suas responsabilidades.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Nota prévia: O Partido Socialista não disse que era aceitável que o problema se resolvesse em cinco meses, este problema já podia estar resolvido, O PS questionou em que fase do ciclo de execução do contrato estávamos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
[Handwritten signature]

Posta esta nota prévia, coloco três questões muito concretas. Muitas das queixas que temos recebido e que também aqui foram colocadas nas intervenções iniciais do público, tem a ver com supressões, atrasos na realização de carreiras que não são atempadamente informadas e as pessoas contam que o autocarro vai passar e isso não acontece. A nossa questão é, está previsto no contrato, um sistema que permita a informação em tempo real destas vicissitudes? De acordo com a nossa interpretação está, portanto, queríamos confirmar essa informação. E a estar, queríamos perceber, porque é que este sistema não está a funcionar corretamente, como aparentemente não está. -----

Segunda questão, relativamente às penalidades, porque para nós, é relativamente claro, que aparentemente à uma situação de incumprimento e quase diria grosseiro das obrigações que resultam para o operador no contrato. Saíram algumas declarações do senhor administrador Rui Lopo, na comunicação social e também aqui disse, que tinha sido iniciado o processo de aplicação das penalidades, penso que é a cláusula 68, com notificação ao operador, aquilo que gostaríamos de saber é, em que fase é que este processo está, e concretamente se neste momento, já existem indícios claros de que há um incumprimento imputável da parte do operador e se há condições concretas, para determinar a aplicação dessas penalidades? -----

Uma última questão concreta, que resume o estado da arte, resume todas as que eu coloquei e resume as outras que provavelmente os colegas deputados irão colocar. Nós compreendemos a repartição de tarefas entre os vários intervenientes, embora devemos dizer que os autarcas de proximidade estão focados para responder a problemas concretos, é disso que da nossa parte esperam as pessoas. Mas como contratante público e no acompanhamento que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Pereira

[Signature]

[Signature]

fazem na gestão do contrato terão e perante a aparência desta série de incumprimentos grosseiros, terão certamente questionado ao operador qual é a data que prevê, de uma vez por todas, de forma definitiva, ultrapassar todas estas dificuldades, seja com recursos humanos, seja com questões de natureza jurídica, seja com dispositivos informáticos, em suma, qual é a data que tem previsto para ultrapassar todas as dificuldades e cumprir globalmente o contrato, como está obrigado? -----

Creio que vinha hoje na comunicação social distrital, onde o Presidente da Câmara de Setúbal a fazer referência, que em Setúbal esse problema estaria resolvido a 2 de novembro, o que nós queremos saber aqui, é uma data. Quando é que na generalidade da Área Metropolitana, mas sobretudo, que é isso que nos interessa, nas carreiras que servem o concelho do Montijo, à uma previsão de uma data concreta, visto que já não estamos neste período de transição e é nesse sentido a nossa questão, qual é a previsão da data concreta, para que setes problemas estejam definitivamente resolvidos e ultrapassados?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, subscrita por 14 deputados da Assembleia Municipal, ou seja, dos 22 deputados, 14 subscreveram a Declaração Política, assim disse: “Considerando que é indiscutível o direito à mobilidade das populações que a Constituição da República consagra; -----

Considerando dois momentos importantes na defesa do direito à mobilidade das populações: o primeiro momento em abril de 2019 com a criação do passe intermodal a baixo custo na Península de Setúbal e que defendemos o caminho para a sua gratuidade; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu

Handwritten signature in black ink.

Um segundo momento com a ativação da Carris Metropolitana em junho de 2022, como relevantes conquistas, económicas, sociais e ambientais, com a comparticipação e participação do Governo e das autarquias, que não pode ser posto em causa, pelo comportamento da administração da transportadora Alsa Todi; -----

Considerando que o primeiro trimestre de 2020 as empresas Alsa Todi, concorreram e ganharam o concurso internacional e que, após 4 meses de funcionamento verifica-se que é inaceitável que não cumpram com os contratos estabelecidos com os Transportes Metropolitanos de Lisboa; -----

Considerando que os incumprimentos desse contrato, nomeadamente nos horários, nas carreiras e nos percursos, que se criam situações insustentáveis para os utentes, como por exemplo: ficar em terra, chegar tarde aos locais de trabalho, o que já originou inclusive, cortes nos salários e despedimentos por sucessivos atrasos; -----

Considerando que as empresas Alsa Todi receberam o financiamento contratualizado para prestarem o serviço; -----

Considerando que todas as medidas devem ser tomadas, no sentido de por termo a esta injusta, aberrante e impensável situação, de modo a dar resposta às justas reivindicações e legítimos direitos das populações afetadas; -----

Deputados da Assembleia Municipal do Montijo, reunida em sessão extraordinária, no dia 26 de outubro de 2022, sobre a prestação do serviço público de passageiros no concelho do Montijo / Audição aos representantes da Área Metropolitana de Lisboa, declaram: -----

Manifestar todo o apoio e solidariedade aos utentes dos transportes públicos, vítimas por parte da administração das empresas Alsa Todi, pelo não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex

Ho

g

cumprimento do contrato estabelecido com os Transportes Metropolitanos de Lisboa. -----

Exigir às empresas Alsa Todi, o cumprimento do contrato estabelecido, tomando todas as medidas necessárias. -----

Os deputados da Assembleia Municipal do Montijo reafirmam todo o seu empenhamento, na defesa e consolidação do passe intermodal, a baixo custo e a caminho da gratuidade, como um grande contributo, económico, social e ambiental ao serviço das populações.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira** (CDS), no uso da palavra, disse: “Agradecemos esta explicação por parte da AML e da TML, mas perguntamos, como é possível o operador a 31 de maio, ter percebido ou ter inspecionado o número de motoristas, o número de carros e não ter percebido a fragilidade das relações laborais precárias dos principais players dentro deste operador, que estavam a inspecionar e a fiscalizar? Como é que apregoam aqui a cultura do diálogo e avançam para uma solução de enorme impacto e da vida das pessoas, sem terem aparentemente a concordância dos sindicatos? Como é que o senhor Primeiro Secretário, que é do Partido Comunista, se esqueceu do sindicato de motoristas? Como é que avançam para o abismo? Não se consegue compreender. Respondeu aqui a muito pouco, daquilo que prejudicou, 280 mil eleitores, destes 5 concelhos, a nosso ver, assunções de erros políticos que aqui fez e assumiu e isso é de enaltecer, mas são erros políticos como este, que permitem certas incompetências nos cadernos de encargos e que depois tem como consequência o afastamento das pessoas da política e dos políticos. Erros políticos como este, e como helicópteros Kamov, SIRESP, contratos públicos sem capacitação do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu.
H.
H.

Estado em manter ativos e operacionais em funcionamento, são atos que exigem responsabilidade política e sem dúvida que, às nove perguntas que fizemos, ao terem respondido a apenas uma, gostaríamos que o problema estivesse resolvido, pudesse assumir essa responsabilidade política e demitir-se, porque são muitas famílias prejudicadas com erros neste processo, que podem ser atribuídos a um operador, ao qual o senhor adjudicou um concurso público, mas que, essa adjudicação, no nosso ver, não foi prudente na data em que foi feita. - O CDS recusou-se a votar neste ato eleitoral da comissão eleita para a Área Metropolitana de Lisboa, porque não concordamos com este processo, não votámos no país inteiro e vou terminar dizendo que não concordamos com este método de eleição do Primeiro Secretário da Área Metropolitana de Lisboa. ---- Não concordamos. Não achamos democrático. Por isso a nosso ver, o CDS Montijo, o senhor, poderá atendendo à sua idade e ao serviço público todo que já prestou, poder regressar ao seu antigo emprego e esperamos que da próxima vez que convocarmos a Área Metropolitana de Lisboa, a vir prestar contas aos Montijenses, já seja um outro Primeiro Secretário.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, disse: “O Chega coloca novamente a questão relativamente à formação dos profissionais. É verdade que fica a cargo dos mesmos? Gostava que esta questão fosse respondida. -----

Houve uma referência a um défice de motoristas, à volta de 60, isto significa que a informação de que os profissionais da TST, iriam passar para a Alsa Todi e não se efetivou, como se foi informado através da comunicação social? -----

Referia também, que não está em causa os valores que passam pela AML, está



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
Fl.
d. 11/10/22

em causa o valor que foi investido neste projeto e efetivamente as coisas não estão a funcionar. -----

Pergunto também, se está previsto por parte da AML, solicitar junto da Alsa Todi, o reembolso aos utilizadores que adquiriram passe e nunca o chegaram a utilizar?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Estamos aqui a discutir o assunto da rede de transportes e o assunto vai para a ideologia e para a política, isso é normal, cada partido e cada força política que está aqui representada tem as suas opiniões e os seus projetos, provavelmente se houvesse um projeto de entregar isto tudo a um privado, o problema estava resolvido. Agora, o que eu coloco e as pessoas lá em casa querem saber, é depois desta discussão toda, não sai nada. -----

Eu ouvi o representante da AML e o representante da TML, e realmente existe aqui um conjunto de situações, nós tivemos reuniões com os sindicatos e percebemos a realidade concreta dos trabalhadores da Alsa Todi, e porque é que eles estão com problemas, percebemos isso. -----

Agora, as pessoas querem saber é, como é que vamos resolver o problema? Com a chegada dos 60 motoristas, que veem de Cabo Verde, resolve-se o problema? Senão eu coloco a questão muito concreta, se isto não responder às necessidades das pessoas, o pessoal de Sarilhos tem uma proposta, existe um lugar a 500 metros de Sarilhos onde se guardam os autocarros, e os autocarros saem de Sarilhos para todo o lado, menos para Sarilhos, a Comissão de Utentes tem propostas concretas. Sai um autocarro da Broega e faz o caminho direito a Sarilhos, enche o autocarro em Sarilhos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceber
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Resolvam também a situação dos barcos, não vale a pena o minibus ir para o cais do Seixalinho, na hora de ponta, o minibus faz tantos quilómetros como faz um autocarro de 70 lugares.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Lília Mendes (IL)**, no uso da palavra, disse: “Depois de esta conversa toda, concluímos que, apesar dos representantes aqui presentes terem dito que as questões eram muitas e que não havia tempo para responder a todas, acabaram por não responder a nenhuma ou quase nenhuma, gastando imenso tempo a dizer banalidades e dando a entender que nós não percebemos nada disto, mas a verdade é que também não ficámos melhor. ----- Segundo o que aqui foi dito, concluímos que, ao operador cabe o serviço, portanto a culpa é toda do operador, e a quem cabe aferir a qualidade do serviço do operador? Num projeto que teve a transição de 10 meses, como é que foi feita a governação do projeto? Quem é que fez a aceitação do serviço? Porque à data o serviço não tinha qualidade, não ficou melhor. Falou-se aqui em confiança e que temos que confiar uns nos outros, os utentes confiaram na Câmara Municipal do Montijo, na Área Metropolitana de Lisboa, no Governo ou seja existe aqui uma cadeia de confiança implícita e que politicamente termina na TML, assim como a responsabilidade do interesse público, se o operador falha, quem nesta cadeia se responsabiliza pela falha do operador? É que alguém falhou e falhou completamente. -----

E agora como nenhuma das nossas perguntas, foram respondidas, vamos fazer mais perguntas. Qual é a solução ou existe solução, para uma pessoa que tem que ir apanhar um autocarro que tem que ir trabalhar e porque o seu sustento depende disso, e eu saio daqui e quero explicar a essa pessoa, como é que ele vai



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue and black ink.

resolver o problema, para não ser despedido. De acordo com o que aqui ouvi, vou dizer que ele não tem solução, porque não foram dados prazos para nada. Quando existe greves de metro em Lisboa, coloca-se transportes alternativos, pergunto, não existe nenhum esforço que se possa fazer, algum reforço até o operador encontrar o equilíbrio certo, na qual nós temos que confiar? -----
Continuamos sem resposta, na pergunta de quantas pessoas atualmente é que ficam nas paragens, sem ter oportunidade de aceder ao transporte público e que pagam o seu devido passe? Elas vão ser indemnizadas? O serviço continua a não ser prestado e elas continuam a pagar da mesma forma? -----
O que aqui hoje foi dito pelo representante da TML, foi exatamente aquilo que foi dito na reunião com a Iniciativa Liberal, não houve aqui nada de novo. -----
Ficámos na mesma." -----

O senhor **Presidente do Conselho da Administração da TML**, cumprimentou todos os presentes e disse: "Quero aqui reafirmar o nosso compromisso do que foi aqui dito e a nossa preocupação direta com as pessoas. Portanto, nós estamos neste momento a trabalhar diretamente com o operador, na procura das soluções, agora tenhamos consciência que as soluções que estamos aqui a falar, não são soluções imediatas, a resposta que nós estamos a dar e estabelecemos, por exemplo, para todos os operadores, quais são as prioridades e que não podem falhar. Neste momento nós temos o acordo com o operador, que relativamente à oferta que eles dizem que estão a fazer, têm que fazer, não pode haver supressões. É preferível que as pessoas não tenham a expectativa que vai haver um autocarro e depois esse autocarro não aparece. Em qualquer operação de transportes, estas coisas acontecem, porque o motorista falha, não avisa,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabeu
Flo
afre

dicou doente, e pode haver alguma supressão e para isso estamos a encontrar soluções alternativas, embora, e foi posta aqui a questão, relativamente à dimensão dos autocarros e à lotação dos autocarros, nós não podíamos condicionar um determinado número, porque a condicionar um determinado número, porque poderíamos estar a fechar um determinado fornecedor. Portanto, o que dissemos e fizemos foi, às bandas de autocarros que são necessários por, portanto, cada concorrente colocaria os autocarros que eram necessários para fazer a operação, tinha uma informação no concurso, relativamente às procuras e esse era um trabalho que tinha que ser feito da parte deles, no sentido dessa adaptação. Mas verificado agora que, à margem para alterar e é necessário alterar a dimensão dos autocarros, estamos a trabalhar com eles nesse sentido e mais uma vez os autocarros não aparecem de um momento para o outro, nós temos ao nível contratual algumas coisas que estamos a flexibilizar, nomeadamente, a idade média da frota, que era um critério importante, para podermos ter autocarros um bocadinho mais velhos, mas, ter autocarros com maior capacidade para dar tempo de fazer a substituição, ou seja, respondendo em concreto, àquilo que é a preocupação, foram aqui levantadas duas preocupações, uma com a oferta e da supressão e outra com a capacidade de oferecer transporte, porque existem pessoas a ficar nas paragens e os dois caminhos para resolver isto é, evitar que haja supressões e isso resolve-se na lógica do melhor planeamento e não deixar o operador colocar na rua coisas, que depois não consegue fazer. Por outro lado, tentar resolver o número de pessoas que estar a ficar nas paragens e para essas pessoas, estamos também a resolver o problema, incrementando serviços e melhorando aquilo que é a capacidade dos autocarros. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
Ho.
j. j. j.

Naturalmente que, tudo isto é feito ao abrigo do contrato, nós não podemos usar o contrato como, é para nós muito importante, para depois fazer a tal monotorização que está a ser feita, mas depois também, esquecer que o contrato implica regras que também não podemos estar a mudar as regras, enquanto o negócio está a correr. Temos que fazer este balanço, mas em particular, nestas duas áreas, está identificada a falta de recursos humanos, essa falta de recursos humanos, estamos a trabalhar diretamente como operador, estamos a trabalhar envolvendo todas as entidades que nos podiam ajudar, no sentido de garantir que esses motoristas veem para o país e esses motoristas não vão pegar logo nos autocarros, o facto de chegarem agora, não pegam logo nos autocarros, eles têm que fazer um processo de formação, eles têm que conhecer minimamente as linhas que estão a operar, naturalmente eles vão fazer numa primeira fase as linhas que têm uma menor pressão, linhas mais fáceis, isto é um processo de gestão do dia-a-dia. Mas os motoristas que estão a chegar permitem neste momento, resolver o problema da oferta que está e criar de novo condições para que a sobrecarga dos motoristas atuais seja minorada e até mesmo suprimida. O processo de irmos tentar criar mais capacidade intermédia de mais oferta, mas mais oferta, implica mais motoristas, portanto temos que mexer também na lógica dos autocarros. Estas são as duas mensagens mais importantes que quero deixar.” -----

O senhor **Rui Lopo da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa**, no uso da palavra, disse: “Houve questões que já de alguma forma foram respondidas inicialmente, mas volto a frisar, a Feirense tem uma operação subcontratada no âmbito do contrato, existe autocarros da Feirense, cerca de 23% da operação da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.

F. B.

J. J. J.

Alsa Todi, atualmente tem uma subcontratação que neste momento é só de autocarros, no início do contrato, era de autocarros e mão de obra, a Carris Metropolitana é uma marca, a operação é tutelada no âmbito de quatro contratos para a região, área 1, área 2, área 3 e área 4, no âmbito do regime jurídico de transportes e quem opera no âmbito do regime jurídico dos transportes são operadores de transportes. -----

Os operadores de transportes tem um conjunto de obrigações intrínsecas ao facto de ser operadores de transportes, inclusive o de responder a reclamações, a TML tem um ano e meio e a partir do momento que é uma marca única, existe muitas coisas que vão cair em cima da entidade que gere, que é a TML, quer da própria marca Carris Metropolitana e desde logo, provimos a necessidade de ter a capacidade para responder a reclamações, para as encaminhar para pedir explicações ao operador, temos também um call center, pessoas a responder a emails. -----

O operador de transporte tem responsabilidade para responder e ter livro de reclamações, bem como a TML que também tem que ter livro de reclamações, é uma matéria para a qual, o quadro legal não está propriamente adaptado, a figura da entidade que presta o serviço é um prestador de serviços, mas é um operador de transportes, mas o importante é que as pessoas tenham canais diretos de contacto e que a TML encaminhe e a Carris Metropolitana para os operadores. – A tipologia das viaturas já foi respondida, mas acrescento um outro fator, que hoje no quadro legal as viaturas novas, são obrigatoriamente inclusivas e para isso têm que ter espaço para cadeira de rodas e para ter espaço para cadeira de rodas, o número de lugares sentados, não pode necessariamente ser os mesmos autocarros que tínhamos há vinte anos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce. J. e. e.

Fl.

J. J. e. e.

O histórico da Área Metropolitana e do país era de ausência de informação sobre sistemas de transportes, quando foi identificado o regime jurídico, as entidades que existiam à data, particularmente o Instituto de Mobilidade de Transportes, até fez uma ferramenta que se tornou obrigatória para preenchimento dos operadores, para que se começasse a gerar cadastro sob transportes. Mas esse cadastro é de uma série de imprecisões enormes, até porque a ferramenta é pouco prática, mas quando este processo se iniciou e iniciou-se do ponto de vista técnico bem, com inquérito á mobilidade via INE, um conjunto de modulações territoriais, para saber o que era preciso, a base cadastral era muito fraca em matéria de transportes. -----

Houve uma reunião aqui no Montijo e foram vistas e identificadas várias questões que era preciso afinar, mas o afinar e as necessidades posteriores, só é possível fazer quando o processo estabiliza. É claro que numa operação de transportes, com estas características e com esta dimensão, a área 4, é maior que a área que hoje é operada no Porto pela STCP. Portanto, havia questões que era necessário vir sempre a corrigir, por vias destas ausências cadastrais e não fugindo à questão da internet pouco clara, é verdade, por um conjunto de vicissitudes, pois tivemos que juntar a informação dispersa de vários operadores, foi uma dificuldade muito grande, porque preparámos todo um conjunto de informação, com base na compatibilização dos horários dos TST e da Alsa Todi, porque a Carris Metropolitana é una, não podemos por os horários de uma maneira para a área 4 e os horários para a área 3, de uma forma distinta, havia que compatibilizar tudo isso. O Que acontece é que, em cumprimento, o operador Alsa Todi não conseguiu fazer os horários a tempo e horas e nos formatos que eram necessários para essa produção, e portanto, tudo isto foi muito difícil. Aliás os horários que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee
Fla
fla

saíram para o público, nas vésperas da entrada em funcionamento dentro da área 4, foram produzidos pela TML, porque o operador não os conseguiu produzir atempadamente. Isto é complicado e quem utiliza as ferramentas do site da internet, percebe que ele tem vindo a sofrer evoluções sucessivas e nas próximas semanas vai ter uma evolução muito positiva, do ponto de vista do que é a simplificação e utilização por parte das pessoas. -----

Os pontos de venda com que nós arrancámos, não consigo dizer em concreto, quantos são aqui no Montijo, mas eles estão no nosso site e lançámos um concurso público e nós socorremos daquilo que foi o contrato, a peça contratual de comissionistas que a TML integrou e lançámos um concurso público, que está a fazer o seu caminho, para o alargamento de um conjunto de critérios técnicos para o alargamento dessa rede de comissionistas, a toda a área metropolitana e obrigando a que por localidade, e determinado número de pessoas haja ponto de venda e que haja uma maior capilaridade, qualquer das formas, consegue-se carregar um passe no multibanco. O objetivo é crescer e ter um alargamento significativo da rede de agentes na área metropolitana de Lisboa -----

O sistema de informação como aqui foi dito, sim, o sistema de informação que está na cláusula, que é à entidade TML ou AML, que fica à responsabilidade dessa difusão, mas noutra alínea, diz que os operadores têm que dar a informação, para que a informação ao público seja possível. O que acontece é que os operadores estão em incumprimento contratual nessa matéria, já estamos numa fase, em que os operadores estão a fazer chegar os dados em tempo real, ainda num processo de testes, é provável que em meados do mês de novembro, estejamos em condições de gerir o contrato a partir desses dados em tempo real atualmente, nós confrontamos os operadores com dados de bilhete, ou seja, nós



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
F.B.
X

sabemos à posteriori as carreiras que são feitas e que não são feitas, olhando para as validações, se o autocarro teve ou não teve validações, mas sublinho, o operador está em incumprimento contratual e a partir do mês de novembro estamos em condições de fazer gestão, do ponto de vista da difusão pública, e depois ainda existe um processo que é pegar nesses dados e colocá-los num painel de informação ao público, nas app a criar, o nosso road map aponta para dezembro ou seja início do ano é provável que esteja tudo em ordem. -----

Este processo prevê no quadro da área metropolitana a instalação de 320 painéis de informação ao público de exterior, mas que tem como vocês calculam, licenciamentos, infraestruturas de Portugal, tem um conjunto de informações associados, que é complexo do ponto de vista de colocar o painel, para que tudo isto possa acontecer em tempo. -----

Nós conhecemos genericamente e da articulação que temos feito junto dos municípios e das juntas de freguesia, quais são as necessidades que existem aqui em concreto no Montijo, claramente da necessidade de horários noturnos, claramente da necessidade de meias carreiras para Lisboa, está identificada e aprovada. O operador neste momento não tem recursos humanos, e isto não é uma desculpa, é um incumprimento contratual, mas não tem recursos humanos para poder responder às necessidades identificadas. -----

Para as questões de Sarilhos que foram colocadas, o conjunto de situações está identificado e já agora tenho aqui outro tópico, a Carris Metropolitana, não custa aos municípios 1,2 mil milhões sem sete anos, a Carris Metropolitana é gerida com as receitas da Carris Metropolitana, o dinheiro que os municípios investem é para a redução tarifária, as pessoas hoje em vez de pagarem 100 euros de passe, pagam 40 euros, porque os municípios, como o Montijo, investem mais de um



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
Fl.
duke.

milhão de euros por mês. A Carris Metropolitana é gerida só com o dinheiro das receitas, que veem da utilização desses passes, mas com a utilização dos seus títulos ocasionais, etc., não é um investimento direto de 1,2 mil milhões de euros. Sobre as questões colocadas, relativamente às horas dos motoristas, temos conhecimento, manifestamos a nossa preocupação reiteradamente, é uma compatibilização difícil, porque por um lado, pressionamos o operador para dar respostas às pessoas, por outro lado, pressionamos para que não sobrecarreguem os trabalhadores, é uma matéria que chamamos a atenção, mas cuja responsabilidade direta é da Autoridade para as Condições do Trabalho. ---- O compromisso do operador da área 4, é a partir de novembro e deve estar em condições de responder a 100%, com os motoristas que já contratou nos últimos 15 dias, já se notam algumas melhorias, insuficientes, mas já se notam algumas melhorias, vão conseguir fazer 100% da operação, principalmente em Setúbal e Palmela, onde existem linhas que não estão a ser feitas integralmente, não é falhas e supressões, existe municípios onde não estão a ser feitas linhas integralmente. Os dados que temos e acompanhamos é que se disponibilizam para fazer 100% da operação, com o quadro de pessoal que vai ter. Os 50 motoristas são incrementais em relação a esse processo. Há-de haver saídas, vai haver congestionamentos das 15 horas de trabalho, para 10 ou para 8. Mas é um processo que vai ser gradual, destas correções e da entrada de pessoal.” -----

O senhor **Primeiro Secretário da AML – Carlos Humberto**, no uso da palavra, disse: “Eu não intervim inicialmente e dei a palavra à TML, porque na minha opinião é pelo respeito da Assembleia Municipal, os senhores podem interpretar de outra maneira, eu estou cá e estou a intervir, recusei-me a intervir? Não. Eu



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex.
[Handwritten signature]

considerarei que era mais positivo, responder às questões que fossem colocadas e menos a concessões de princípios. Por isso optei por esta solução e não devem entender isto com desrespeito pela Assembleia Municipal. -----

Como aqui foi dito e quero sublinhar porque me parece importante, as Câmaras Municipais têm a responsabilidade de gerir o transporte municipal. A Área Metropolitana tem competências de gerir o transporte intermunicipal e até supramunicipal ou suprarregional em articulação com outras entidades regionais. Não fazia sentido cada um dos 18 municípios lançar concursos para o seu transporte municipal e depois a AML lançar o transporte intermunicipal e suprarregional e depois era mais difícil integrar tudo. Pareceu-me uma solução correta e portanto, isso levou a que os municípios delegassem as competências na AML e que o Governo também delegasse algumas competências na AML. Por toda a gestão do sistema tarifário também é delegado no Governo na AML e esta foi uma solução muito interessante. -----

Por questões de legislação as Câmaras são obrigadas a financiar, porque se era da sua competência eles tinham que lançar o concurso. Portanto, as várias entidades, câmaras e AML, decidiram financiar o sistema, como aqui foi dito. Porque é obrigatório por lei, o sistema navegante, tem uma parte do financiamento dos municípios, uma parte do Governo e outra parte dos municípios, a AML tem este papel, é a autoridade metropolitana de transportes, por competência própria e delegada. -----

Tendo em conta a complexidade, as tarefas, repito não é apenas o contrato, que estamos aqui a discutir, são as questões da bilhética, as questões da repartição modal, um conjunto de questões que aqui agora não vale a pena detalhar, decidi criar uma empresa de capital único da própria Área Metropolitana, quer dizer dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
[Signature]
[Signature]

municípios, que foi a Transportes Metropolitanos de Lisboa, para executar as tarefas práticas para esta função. A Carris Metropolitana é só um nome, porque temos um passe único, temos um sistema de bilhética único, temos um sistema de tarifário único, então devíamos ter uma imagem única. Portanto, a Carris Metropolitana é só a imagem, porque os autocarros podiam estar aqui com a Alsa Todi e em Almada ou Sesimbra com os TST e ainda na margem Norte, outros. Nós decidimos dar um nome único, uma imagem única, a Carris Metropolitana é apenas isto. A Alsa Todi é o operador responsável e é um prestador de serviços, que presta um serviço de acordo com as condições que foram determinadas. ---- Foi ainda falado aqui várias vezes, 1,2 milhões de euros e o senhor administrador Rui Lopo, já explicou, mas quero enfatizar. Este valor, 1,2 milhões de euros, é no fundamental as receitas do sistema, a venda de passes, a venda de bilhetes, etc e o subsídio do Estado, porque por exemplo, o Estado diz que não se aumenta as tarifas dos transportes e dá o dinheiro, portanto, o somatório destas verbas dão 1,2 milhões de euros, durante sete anos. ----- Eu diria que o fundamental deste 1,2 milhões de euros, o Governo prevê 138 milhões para o país, vezes sete anos, isto é apenas para transmitir a informação. Quando aqui se disse que temos o compromisso do operador, cerca de 100% da operação e de acordo com o caderno de encargos, o fundamental do que estava no caderno de encargos, está a ser feito, hoje já está a ser feito. Isto não quer dizer que não pode ser incrementado novos serviços e melhorar. ----- Peço-vos que todos nós, entendamos uma questão, quem contrata os trabalhadores, não é a AML, não são os municípios e não é a TML, quem contrata os trabalhadores são as empresas que prestam o serviço e a TML e a AML não são a entidade patronal destes trabalhadores. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de J.
[Signature]
[Signature]

Respondendo agora a uma questão colocada por um deputado do PS, nós fiscalizamos, estamos atentos, penalizamos se for caso disso, agora repito, não somos nós que gerimos e temos relação de entidade patronal para com os trabalhadores e não nos peçam para fazer esse papel, porque eu digo, não faço. A Comissão Executiva da AML, não fará esse trabalho, diferente é acompanhar, fiscalizar e intervir, a relação empregador/trabalhador é outra. -----

Não venham com questões partidárias, todos sabem que sou do PCP e não me vou demitir do PCP e não é isso que está em causa. É evidente que tenho reuniões partidárias como vocês têm, mas é evidente que não trato destas questões do ponto de vista partidário, trato do ponto de vista institucional e não estou aqui como membro do PCP, mas como secretário da AML, sou eu como podia ser outro qualquer, que isto fique claro. -----

O senhor deputado do PSD, perguntou-me que eu tinha afirmado, "...que estavam a dar cabo disto...", não, eu não disse isto, o que eu disse foi outra coisa, ou nós entendemos que isto é um projeto comum, ou se partidarizamos esta questão, damos cabo do projeto. -----

Última questão, eu sou o primeiro responsável, porque sou o primeiro responsável do órgão executivo da AML, como todos sabem, foi a Comissão Executiva da qual sou o primeiro responsável, que propôs a aprovação do caderno de encargos aprovado pelo conselho metropolitano dos 18 presidentes, não passa pela cabeça, pedir aos 18 presidentes, que assumam responsabilidades políticas e que todos se demitam, havia de ser bonito, para a democracia portuguesa. Dizer ainda, que tenho inteira responsabilidade de uma relação institucional salutar, com todos os 18 presidentes de câmara e quero continuar a ter essa relação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E sabe porque é que não me demito, não tem suficiente inteligência para chegar aí, eu não me demito porque estou a cumprir com as minhas obrigações e com as minhas responsabilidades e demitir-me era demitir-me das minhas responsabilidades e eu não me demito das minhas responsabilidades, assumo-as. Se o senhor acha que perante as dificuldades, a solução é demitir-se, é o seu caminho, não é o meu.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu a sessão iria terminar, mas que primeiro queria referir o seguinte: “No final do mês de novembro temos esta operação a funcionar, e estaremos atentos a ver a conclusão dessa operação.” -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião, eram zero horas e dez minutos, do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e dois. -----

E eu, *Joaquina Maria Azevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

----- O 1º Secretário -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A 2ª Secretária -----

Sandra Pópis